

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS TRINDADE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENAÇÃO ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO MUSEOLOGIA

Grace Kelly Garcia

A conservação dos Mármores Parthenon para auxílio no processo de repatriação

Florianópolis
2022

Grace Kelly Garcia

A conservação dos Mármores Parthenon para auxílio no processo de repatriação

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Museologia.
Orientador (a): Dr.(a) Prof.(a) Renata Cardozo Padilha

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Garcia, Grace Kelly
A conservação dos Mármores Parthenon para auxílio no
processo de repatriação . / Grace Kelly Garcia ;
orientador, Renata Cardozo Padilha, 2022.
53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Repatriação. 3. Conservação. 4. Museu.
5. Mármores do Parthenon. I. Cardozo Padilha, Renata. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Museologia. III. Título.

Grace Kelly Garcia

A conservação dos Mármoreos Parthenon para auxílio no processo de repatriação

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel em Museologia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Museologia.

Florianópolis, 20 de Dezembro de 2022.

Prof^a. Dr.(a). Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes
Coordenadora do Curso de Museologia.

Banca examinadora

Prof.(a). Dr.(a). Renata Cardozo Padilha, Orientadora.
Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof.(a). M.(a). Kimberly Terrany Alves Pires.
Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof.(a). M.(a). Luciana Silveira Cardoso.
Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

Durante toda a trajetória do curso houve altos e baixos, mas sempre tive o apoio dos amigos principalmente dos que fiz durante minha trajetória no curso. Houve dúvidas, indecisões e diversas vezes o pensamento de desistir e ainda passamos por uma pandemia que desgastou a todos.

Primeiramente gostaria de agradecer a minha amada mãe Terezinha Medeiros Garcia Quadri por todo o apoio e carinho. Gostaria também de agradecer a minha querida e amada tia Zuleide Medeiros Garcia (in memoriam) que tanto me apoiou e incentivou. Gostaria de agradecer ao apoio dos amigos Mônica Andrea Brogliatti Rocha, Letícia Caroline Morais de Lima e Francisco do Vale Pereira, coordenador do NEA (Núcleo de Estudos Açorianos) onde realizei meu estágio curricular na área da conservação. Tenho vocês no coração. Agradeço também à minha orientadora Renata Cardozo Padilha pela mentoria e pelo apoio na construção deste trabalho, pela paciência e pelas dicas.

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma discussão sobre a repatriação de bens culturais aos seus países de origem, considerando os aspectos legais da conservação e salvaguarda de bens culturais. A pesquisa apresenta pontos sobre a segurança desses bens culturais retirados de seu contexto histórico de origem e que foram levados para serem expostos em museus estrangeiros. Para isso, foi escolhido como objeto de estudo, o caso dos Mármore do Parthenon, particularmente a coleção que se encontra no Museu Britânico em Londres e que é alvo de pedidos de repatriação por parte do governo Grego. Foi uma pesquisa documental (legislação) e bibliográfica feita através da leitura de textos, artigos sobre os Mármore e sobre a repatriação de bens culturais e conservação. Os websites das instituições também foram consultados. O resultado principal que era discutir a repatriação de Bens Culturais foi alcançado ao propor uma discussão sobre os Mármore do Parthenon que se encontram no Museu Britânico e a disputa entre Grécia e Inglaterra para o retorno da coleção à Atenas.

Palavras-chave: Repatriação. Conservação. Museu. Mármore do Parthenon.

ABSTRACT

This paper is a discussion about the repatriation of cultural goods to their country of origin, considering the legal aspects of conservation and safeguard of cultural goods. The research presents points about the safety of these cultural goods taken from their original historical context and which were taken to be put on display in foreign museums. For this, it was chosen as an object of study, the case of the Parthenon Marbles, particularly the collection that is in the British Museum in London and which is the target of repatriation claims by the Greek government. A documentary (legislation) and bibliographical research was made through the reading of texts and articles about the marbles and about the repatriation of cultural goods and conservation. The websites of the institutions were also consulted. The main result which was to discuss the repatriation of cultural goods was reached by proposing a discussion about the Parthenon Marbles that are in the British Museum and the dispute between Greece and England for the return of the collection to Athens.

Keywords: Repatriation. Conservation. Museum. Parthenon Marbles.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escultura de uma deidade do Parthenon exposto no Museu Britânico	16
Figura 2 – Escultura do Parthenon que está no Museu Britânico	16
Figura 3 – Retrato de Thomas Bruce, 7º Lord Elgin.....	17
Figura 4 – Retrato de Mary Nisbet, Lady Elgin.....	19
Figura 5 – Parthenon visto de dentro do Museu da Acrópole	22
Figura 6 – Novo prédio do Museu da Acrópole em Atenas com o Parthenon ao fundo.	34
Figura 7-Fragmento que foi devolvido para a Grécia pela Universidade de Heidelberg	35
Figura 8 – Imagem da entrada do Museu da Acrópole	37
Figura 9 – Templo do Parthenon em Atenas atualmente	41
Figura 10 – Parte friso do templo que hoje se encontra no Museu Britânico	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparações entre as Cartas Patrimoniais	46
---	----

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa.....	12
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 Metodologia.....	13
2.BREVE HISTÓRIA SOBRE OS MÁRMORES DO PARTHENON E PEDIDO DE REPATRIAÇÃO	15
2.1 História do Parthenon na Grécia e a relação com Thomas Bruce, Lord Elgin	15
2.2 Disputas entre governo grego e museu britânico: o caso da repatriação.....	21
3. CONSERVAÇÃO E REPATRIAÇÃO	24
3.1 Conservação de Bens Culturais	24
3.2 Repatriação.....	27
4. DIÁLOGOS SOBRE A REPATRIAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DO PARTHENON	33
4.1 Análise sobre a repatriação dos mármores do Parthenon	33
4.2 Análise sobre a conservação dos mármores do Parthenon	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

A questão da repatriação de Bens Culturais, que se encontra em diferentes lugares do mundo, aos seus países de origem é um assunto que sempre causou polêmica. De um lado o museu onde se encontram tais bens, de outro o país que reivindica a devolução desses objetos, esses os quais, em sua maioria foram retirados de seus locais de origem sem qualquer legalidade.

Muitos museus, hoje, se negam a devolver coleções com o argumento de que se estes retornassem ao seu país de origem estariam ameaçados, pois os países não teriam condições de garantir a salvaguarda desses Bens Culturais. Este argumento tem perdido força, pois países apontados como não seguros para receberem esses Bens Culturais, têm investido na área de segurança e tecnologia em museus para garantir que esses itens estejam protegidos e possam ser expostos da melhor maneira possível. Como exemplo, temos a Grécia e o Egito, ambos têm investido em novas instalações museológicas de alto padrão, além do fato de serem países muito procurados por turistas (COSTA, 2018).

Muitos desses artefatos foram retirados de seus países de origem durante a época de colonização como espólios e levados para os países colonizadores. Muitos lá se encontram até hoje sem qualquer previsão de devolução a seus países de origem (vários deles provavelmente sem procedência comprovada). Se é que um dia serão devolvidos e muitos se perderam ou se encontram em coleções particulares sem qualquer registro ou legalidade. Como diz Bueno (2019, p.6), “É aquele pensamento de que, apenas a verdade europeia era legítima, a que detinha o conhecimento válido e a que compreendia o sujeito como racional”, ou seja, “a Europa era a ‘mãe’ protegendo seu ‘filho’, os continentes africano e asiático”. E até os dias atuais esse pensamento ainda perdura mesmo que dito em outras palavras.

Sejam os Mármore do Parthenon, ou qualquer outro, de valor cultural e histórico, correm o risco onde quer que estejam. Devolver esses artefatos a seus países de origem é dar a chance para que essas pessoas possam observar e admirar esses objetos sem ter que se deslocar para outro país, além de poder também ajudar a conscientizar sobre a importância da preservação da memória cultural de uma nação como costumes, crenças e tradições dos povos locais.

Por que não devolver os Bens Culturais a seus países de origem?

1.1 JUSTIFICATIVA

O tema escolhido sobre repatriação se deu por conta dos casos que se apresentam em várias instituições museológicas, as quais têm recebido diversos pedidos de repatriação como a Vênus de Cyrene que foi devolvida à Líbia, depois de um longo processo.

Ressaltam-se as instituições europeias que tem em seus acervos coleções que são alvo de pedidos de repatriação como os Mármores do Parthenon, que hoje se encontram no Museu Britânico e serão mencionados neste trabalho.

Também destacamos exemplos recentes, onde obteve-se um acordo para a devolução dos Bens Culturais, os quais foram retirados ilegalmente principalmente durante o período colonial ou conflitos armados e ocupações frutos de espólio, pilhagens e roubos, por exemplo, a Alemanha que entrou em acordo com a Nigéria e devolverá boa parte dos Bronzes de Benin (DEUTSCHE WELLE, 2022).

Além da repatriação é importante ressaltar sobre a salvaguarda, conservação e preservação desses Bens Culturais, já que a remoção e deslocamento desses objetos sem o devido cuidado colaboram para a deterioração acelerada dos mesmos. Um exemplo de remoção ou manipulação indevida foi o caso em que a máscara mortuária do faraó Tutankhamon foi danificada após funcionários do museu, onde o artefato se encontrava na época deixaram o objeto cair e na tentativa de restaurar acabaram usando um tipo de cola inadequada para realizar o procedimento. Ou seja, na pressa de realizar a conservação ou restauro da peça, acabaram por danificar permanentemente o artefato já que não usaram os materiais corretos e o reparo provavelmente foi realizado por pessoas não especializadas, ao invés de especialistas em conservação e restauro. Então tanto dentro quanto fora de seu país de origem um Bem Cultural deve ter atenção e cuidado de pessoal especializado.

Assim, acredita-se que é de grande importância discutir sobre a repatriação de Bens Culturais na área da Museologia, pois diversos Museus possuem artefatos que tem sua procedência questionada como o Museu Britânico.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

a) Investigar a repatriação dos Mármore do Parthenon ao seu país de origem, pela perspectiva da Conservação de Bens Culturais.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Identificar os principais conceitos e legislações sobre repatriação e conservação de bens culturais;

b) Apresentar os Mármore do Parthenon e o seu processo de repatriação;

c) Analisar a conservação e preservação do processo de repatriação dos Mármore do Parthenon a partir da legislação do patrimônio.

1.3 METODOLOGIA

O estudo será direcionado de modo que se possa apresentar sobre repatriação de artefatos e a questão da conservação. Para isso, a metodologia para a construção deste trabalho se dará através de levantamento documental sobre repatriação, conservação e preservação, apresentando um estudo de caso sobre os Mármore do Parthenon.

A pesquisa realizada para o trabalho foi documental e bibliográfica e, também, uma pesquisa qualitativa e documental com o auxílio de documentos como as cartas patrimoniais de Veneza (1964), a Carta de Burra (1980) além do Código de Ética do ICOM (*International Council of Museums*), pois acredita-se que essas cartas junto com o código de ética do ICOM possam contribuir para a discussão sobre repatriação e a conservação desses objetos e assim foi construído este trabalho a partir dos Mármore do Parthenon, em que além da leitura de textos como artigos sobre o assunto (pesquisa bibliográfica), consultaram-se também os sites das duas instituições envolvidas (Museu da Acrópole e Museu Britânico) para melhor entender o que as instituições dizem sobre a questão dos mármore. A escolha das três cartas se deu por conta, de se acreditar que elas dialogam entre si sobre a questão da conservação e em conjunto com o código de ética, podem contribuir para a reflexão sobre o assunto da repatriação de bens culturais.

Quanto às fontes para uma pesquisa, Lakatos e Marconi diz o seguinte: “As fontes para a escolha do assunto podem originar-se da experiência pessoal ou

profissional, de estudos e leituras, da observação, da descoberta de discrepâncias entre trabalhos ou da analogia com temas de estudo de outras disciplinas ou áreas científicas” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.45).

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Lakatos e Marconi (2003), “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.158).

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), uma pesquisa bibliográfica se divide da seguinte forma:

FASES DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica compreende oito fases distintas:

- a) escolha do tema;
- b) elaboração do plano de trabalho;
- c) identificação;
- d) localização;
- e) compilação;
- f) fichamento;
- g) análise e interpretação;
- h) redação.

(LAKATOS; MARCONI, 2003, p.44)

Quanto à estrutura deste trabalho, foram divididos a partir desta introdução, três capítulos e as considerações finais. Assim, no primeiro capítulo, relata-se sobre os Mármores do Parthenon e sua relação com Thomas Bruce, Lord Elgin; no segundo capítulo, discute-se sobre a conservação e repatriação de bens culturais retirados de seu contexto original e, por último, no terceiro capítulo, analisa-se os mármores do Parthenon na questão de conservação e também sobre a questão dos pedidos de repatriação desta coleção.

2. BREVE HISTÓRIA SOBRE OS MÁRMORES DO PARTHENON E PEDIDO DE REPATRIAÇÃO

Neste capítulo propõe-se abordar sobre os Mármores do Parthenon e sua história de como foram parar no Museu Britânico. Primeiramente será explicado um pouco da história dos Mármores do Parthenon e a relação com Thomas Bruce, Lord Elgin, responsável pela retirada dos mármores e como essa coleção foi levada para a Inglaterra. Além disso, trataremos um pouco sobre quem era Elgin e como a coleção foi repassada ao Museu Britânico depois que ele decidiu oferecer os mármores ao governo Britânico, em 1816. Em seguida, será discutido sobre a disputa entre Governo Grego e Museu Britânico para a repatriação da coleção que se encontra na instituição britânica.

2.1 História do Parthenon na Grécia e a relação com Thomas Bruce, Lord Elgin:

Os Mármores do Parthenon, também conhecidos como Mármores de Elgin, é uma coleção de esculturas de mármore e outros artefatos retirados da Grécia na primeira década do século XIX, e que hoje se encontram no Museu Britânico em Londres. Trata-se de uma das coleções que têm sido reivindicadas pelo seu país de origem, mas ainda com negativa por parte do museu em que se encontra atualmente. Uma das alegações para a insistência na permanência dos mármores no Museu Britânico é de que essa coleção foi adquirida legalmente na época, mas é possível se questionar quanto à legalidade da retirada dessa coleção da Grécia por Lord Elgin e a aquisição pelo Museu Britânico, pois o documento original redigido na língua Otomana nunca foi apresentado ao comitê especial que foi formado em 1816 para investigar a legalidade da retirada da coleção mármores da Grécia a partir de 1801. Somente uma tradução do documento foi apresentada ao comitê.

A coleção que se encontra atualmente no Museu Britânico consiste de 15 métopas, 17 esculturas e por volta de 75 metros do friso original do templo, peças as quais foram retiradas, entre 1801 e 1805. Todas essas peças eram parte da estrutura da edificação do templo.

O complexo do Parthenon teria sido construído por volta de 447 e 432 a.C. no século V antes de Cristo em Atenas na Grécia e dedicado à Deusa Atena. Os arquitetos responsáveis pelo projeto do templo foram Kallikrates and Iktinos e a responsabilidade pelo projeto escultórico do Parthenon (Figura 1 e 2) ficou a cargo do artista escultor Phidias e sua equipe (NEILS, 2013).

Figura 1: Escultura de uma deidade do Parthenon exposto no Museu Britânico.



Fonte: [statue; pediment](#) | [British Museum](#) 2022

Figura 2: Escultura do Parthenon que está no Museu Britânico.



Fonte: [statue; pediment](#) | [British Museum](#) 2022

Thomas Bruce, 7º Lord Elgin, foi um diplomata e embaixador em Constantinopla durante o império Otomano na época sob o comando do sultão Selim III (RUDENSTINE, 2001) e foi quem adquiriu e retirou parte desses artefatos da Grécia alegando que tinha permissão para isso, apesar de não ter apoio do governo

Britânico. Ou seja, todas as escavações teriam sido realizadas de forma privada, sem recurso público ou apoio do governo.

Quando Lord Elgin (Figura 3), retornou a Inglaterra trazendo consigo os artefatos que havia retirado do Parthenon em Atenas sua intenção inicial era levar os artefatos para sua casa na Escócia, mas anos depois devido aos gastos para conseguir transportar os mármores até a Inglaterra ele já não tinha condições e meios de salvaguardar os mármores e mantê-los como coleção particular e por isso tomou a decisão de oferecer e vender os artefatos para cobrir suas dívidas. Ele escreveu uma carta para seu colega Giovanni Battista Lusieri (que supervisionava as escavações em Atenas) em 1801 requisitando que ele observasse quaisquer peças que pudessem ser coletadas em conjunto, mas não exatamente especificando a coleção de mármores do Parthenon (WOOD, 1998, pg.172).

Figura 3: Retrato de Thomas Bruce, 7º Lord Elgin



Fonte: [The Mentor Shipwreck and the Disastrous Journey of the Parthenon Marbles to Britain | Ancient Origins \(ancient-origins.net\), ano 1788.](#)

Ou seja, o posto de embaixador que ele tinha em Constantinopla, contribuiu para facilitar o acesso de sua equipe aos mármores em Atenas sem contar que era uma época em que os Otomanos tinham bom relacionamento com os Britânicos e

era uma tendência da época em questão adquirir antiguidades o que Elgin fez ao ordenar que sua equipe - que incluía artesãos e arquitetos para fazer moldes das esculturas do Parthenon (BANTEKA, 2016, pg.1237).

Ele alegou na época que teria tido uma espécie de permissão (*firman*) dos Otomanos em Constantinopla (que ocupavam a Grécia na época) para explorar o Parthenon, ou seja, não teria sido o governo grego que teria dado permissão para que ele pudesse retirar as esculturas e outros artefatos de Atenas e o documento apresentado ao comitê que investigou a legalidade da aquisição dos mármores em 1816, teria sido uma tradução em Italiano sendo que o documento original oficial nunca foi apresentado de fato. Esse acesso e permissão que ele teria tido para explorar o Parthenon veio de um poder de fora, ou seja, um agente invasor. Ele teria usado de seu posto como embaixador britânico para ter acesso ao Parthenon, posto que manteve-se no posto de 1799 até 1803 (MERRYMAN, 1985, pg.1882).

Sobre a permissão que Elgin recebeu dos Otomanos, Challis (2006) também comenta que:

A Grécia moderna argumenta que a permissão usada para justificar a legalidade das ações de Elgin não foi somente ambígua, mas fundamentalmente ilegal já que a Grécia era um país ocupado - os Turcos deram o que não era deles para dar - e que as construções na Acrópole foram danificadas pelas ações de Elgin (CHALLIS, 2006, pg.38)¹
(Tradução nossa).

Mas Sandri (2015), afirma que apesar de a permissão ter sido passada á Lord Elgin, foi Mary sua esposa, a responsável por convencer o Sultão Selim III a dar a permissão oficial à equipe de Elgin. Afirma ainda, que Lord Elgin não esteve o tempo inteiro acompanhando os trabalhos de escavação em Atenas e que sua esposa Mary (Lady Elgin) (Figura 4), é quem ficou supervisionando todo o projeto na capital grega (SANDRI, 2015).

¹ Modern Greece has argued that the firman used to justify the legality of Elgin's actions was not only ambiguous but fundamentally illegal since Greece was then an occupied country - the Turks gave away what was not theirs to give - and that the buildings on the Acropolis were damaged by Elgin's actions. (CHALLIS, 2006, pg.38)
CHALLIS, Debbie. The Parthenon Sculptures: Emblems of British national identity. Source: The British Art Journal , Spring/Summer 2006, Vol. 7, No. 1 (Spring/Summer 2006), pp. 33-39 Published by: British Art Journal. Disponível em:
https://www.academia.edu/517115/ The_Parthenon_Sculptures_Emblems_of_British_National_Identity_British_Art_Journal_VII_1_Spring_2006_ . Acesso em: 07.ago.2022.

Figura 4: Retrato de Mary Nisbet, Lady Elgin



Fonte: Mary Nisbet, Countess of Elgin (1777 - 1855) | National Galleries of Scotland, 2022.

Como exemplo, das dificuldades que Elgin enfrentou no transporte dos mármore, podemos citar um dos contratempos que ele teve no transporte dos mármore no ano de 1802, quando um dos navios (*HMS Mentor*) que transportava parte dos artefatos afundou no mar mediterrâneo durante o trajeto para a Inglaterra. Elgin levou meses para retirar os mármore do fundo do mar gastando alta quantia para resgatá-los e daí para tentar cobrir os gastos com a retirada da coleção da Grécia, ele ofereceu as esculturas ao governo britânico, mas a quantia que recebeu não foi o suficiente para cobrir sua dívida, pois ele teria recebido menos da metade do que havia gastado (WOOD, 1998).

Por conta dos altos débitos ocasionados em transportá-los para a Inglaterra, Elgin não tinha condições de garantir a preservação como uma coleção privada, nem o valor por ele pedido estava ao alcance de outros especialistas. Seu único recurso era o dinheiro do poder público. (WOOD, 1998, p.172) **(tradução nossa)**²

² Because of the huge debts he incurred in transporting them to England, Elgin could not afford to preserve the marbles as a private collection, nor was his asking price within reach of other connoisseurs. His only recourse was the public purse. (WOOD, 1998, p.172)WOOD ,Gillen D'Arcy. Mourning the Marbles: The Strange Case of Lord Elgin's Nose. Source: The Wordsworth Circle , SUMMER, 1998, Vol. 29, No. 3 (SUMMER, 1998), pp. 171-177.Disponível em:: The University of Chicago Press Stable: <https://www.jstor.org/stable/24043819> . Acesso em: 10.jun.2022.

Mas de acordo com Leontsinis (2010), Elgin só apareceu em Kythera no início de 1803 na baía de Avlemonas, mas não chegou a desembarcar de seu navio. Dali escreveu duas cartas a Emmanuel Kaloutsis agradecendo na primeira delas pelos esforços na recuperação da carga de mármore do navio naufragado. Na segunda carta solicitava que Kaloutsis cessasse com as tentativas de resgatar as cargas do naufrágio sem as devidas instruções de Elgin (LEONTSINIS, 2010).

Ainda de acordo com Leontsinis (2010), durante todo o período da operação de resgate das caixas que continham os mármore, Elgin e sua equipe evitaram revelar o verdadeiro conteúdo da carga do navio naufragado. Elgin em suas cartas apenas se referia a carga como objetos sem valor monetário, de grande valor pessoal para ele sem se referir em suas correspondências como “Mármore do Parthenon ou Esculturas do Parthenon” (LEONTSINIS, 2010, p.267-268). As caixas contendo as esculturas de mármore retiradas do Parthenon foram colocadas no navio, fechadas às quais permaneceram assim desde seu resgate do fundo do mar já que os responsáveis pelo resgate das mesmas foram instruídos a não abri-las (LEONTISINIS, 2010). A operação de resgate dos mármore do naufrágio foi entre 1802 e 1804.

Em 1816, um comitê especial foi formado pelo governo britânico para investigar a legalidade da aquisição dos mármore por Lord Elgin e ainda naquele ano a coleção foi adquirida pelo governo para ser repassada ao Museu Britânico onde se encontra até os dias atuais. O governo teria pago a Elgin o total de 35 mil libras na época pela coleção de mármore. De acordo com Wood (1998), no testemunho de Elgin ao Comitê formado em 1816 para investigar a legalidade da aquisição dos mármore, ele teria dito que primeiramente seu interesse nos mármore teria sido puramente acadêmico e que a ideia era fazer desenhos e moldes para a Royal Academy³, mas somente após constatar que os mármore estavam sendo depredados por invasores e dominadores do espaço, é que ele resolveu removê-los e levá-los para retirá-los da Grécia (WOOD, 1998).

³ A Academia Real Inglesa, ou Royal Academy School of Arts foi fundada em 1768 por Jorge III da Inglaterra, a pedido de um grupo de pintores, escultores e arquitetos, assumindo o rei o papel de patrono, protetor e apoiador.

2.2 Disputas entre Governo Grego e Museu Britânico: o caso da repatriação

Sobre a coleção de Mármore do Parthenon de acordo com Pires (2020), “desde sua independência, a Grécia manifesta a importância de tal coleção para sua nação, reivindicando que haja a devolução desses objetos ao seu território” (PIRES, 2020, p.15).

Os mármore que se encontram no Museu Britânico não são as únicas peças do Parthenon que se encontram fora da Grécia, mas certamente essa coleção é uma das que mais são alvo de pedidos de repatriação e que tem uma representatividade nesta questão e uma das maiores fora do território grego. Tal coleção também serve de exemplo para ilustrar o cenário em que se encontram as grandes instituições museológicas que tem em seu acervo coleções como os mármore provenientes de diversos países do mundo.

Há peças que se encontram no Museu do Louvre em Paris, na França, por exemplo, sendo que grande parte das esculturas de mármore se encontram no Museu Britânico (60%) e outra parte no Museu de Atenas (40%):

Dos 97 blocos sobreviventes do friso do Parthenon, 56 estão em Londres, 40 em Atenas e 1 no Louvre. Alguns outros fragmentos pertencentes aos frisos ou métopas também estão espalhados em outros museus ou coleções na Dinamarca, Suíça, Alemanha, etc. Das 64 métopas sobreviventes, 48 estão em Atenas e 15 em Londres. Por fim, das 28 figuras sobreviventes dos pedimentos, 19 estão em Londres e 9 em Atenas. As esculturas exibidas no Museu Britânico constituem aproximadamente 60% de toda a decoração escultural do Parthenon, enquanto 40% estão em Atenas. (Boardman & Finn 1985; Hadjiaslani & Mavrommatis 2000; Korka 2003; Mantis 1997 apud DIVARI-VALAKOU, 2008, p.117). **(tradução nossa)**⁴

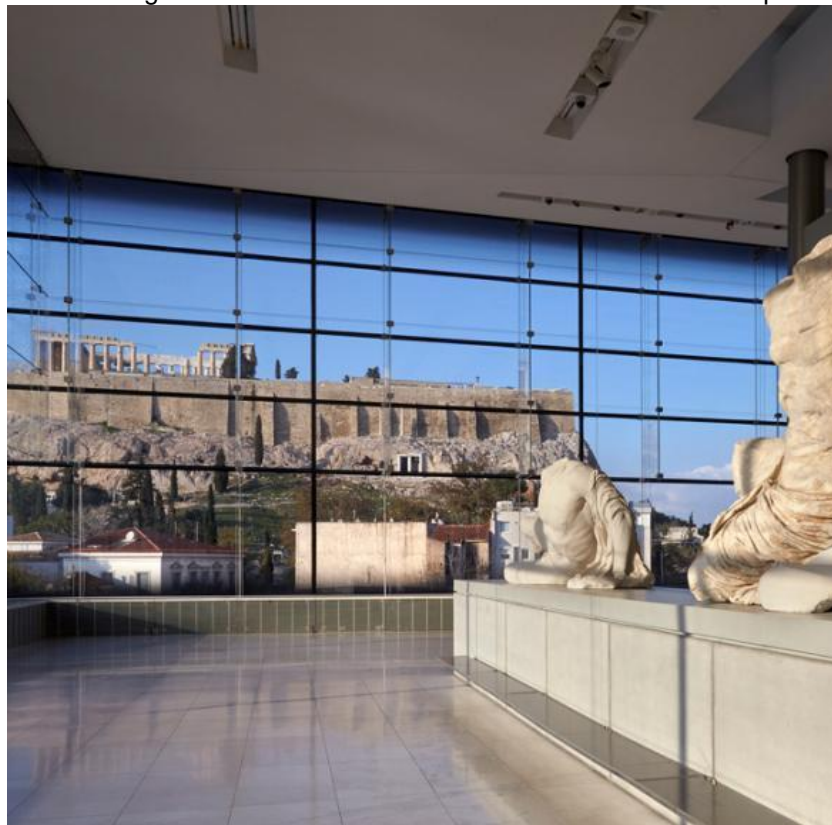
Em 2009 foi inaugurado o novo prédio do Museu da Acrópole que está em plenas condições de receber e abrigar a coleção de Mármore do Parthenon que atualmente se encontra no Museu Britânico, instituição a qual ainda se nega a repatriar os mármore.

⁴ Of the 97 surviving blocks of the Parthenon frieze, 56 are in London, 40 in Athens and 1 in the Louvre. Some more fragments belonging to the frieze or the metopes are also scattered throughout other museums or collections in Denmark, Switzerland, Germany etc. Of the 64 surviving metopes, 48 are in Athens and 15 in London. Finally, of the 28 surviving figures of the pediments, 19 are in London and 9 in Athens. The Sculptures exhibited in the British Museum constitute approximately 60% of the whole of the surviving sculptural decoration of the Parthenon, while around 40% is in Athens (Boardman & Finn 1985; Hadjiaslani & Mavrommatis 2000; Korka 2003; Mantis 1997 apud DIVARI-VALAKOU, 2008, p.117). Divari-Valakou, Nicoletta, M. Gabriel, and J. Dahl. "Revisiting the Parthenon: National Heritage in a Global Age." *UTIMUT* (2008): 116. Disponível em: https://www.iwgia.org/images/publications/0028_Utimut_heritage.pdf . Acesso em: 21.jun.2022.

O Museu da Acrópole – avaliado como uma instituição com padrões de excelência –, impressiona os críticos desde o seu projeto arquitetônico, pois dialoga com o espaço das ruínas da Acrópole e com os sítios arqueológicos locais, utilizando a transparência e os espaços vazios em diversas áreas. Sua principal galeria, “o Parthenon”, está posicionada em consonância com a mesma coordenada espacial do templo que se encontra no topo da colina, o que permitiu a manutenção a partir de uma cenografia dos espaços originais das peças. Além disso, a sua expografia explicita as ausências, propositalmente pensadas para demonstrar as lacunas da história daquele espaço, possibilitando ao público a identificação das peças que não se encontram no território grego. A partir dessas estratégias expográficas o museu aposta na construção de um discurso sensível e legitimador (COSTA, 2020, p.4).

Mas mesmo, com o novo Museu da Acrópole (Figura 5), oferecendo uma estrutura segura, a recusa na devolução dos mármore por parte do Museu Britânico ainda persiste e provavelmente não irá mudar tão cedo para que se possa chegar a um acordo de repatriação ou empréstimo.

Figura.5: Parthenon visto de dentro do Museu da Acrópole.



Fonte: [MUSEUM HISTORY | Acropolis Museum | Official website \(theacropolismuseum.gr\)](https://www.theacropolismuseum.gr/), 2022.

Ainda nos anos 80, na mesma época que Mercuri fez o pedido formal de retorno dos mármore, foi formado o *Comitê Britânico para a Reunificação dos Mármore do Parthenon* fundado pelo arquiteto James Cubitt (que faleceu pouco tempo depois da criação do comitê) e sua esposa Eleni Cubitt a qual continuou a comandar o comitê até 2012, quando se aposentou das funções de secretária. A

inspiração para a criação deste comitê se deu por conta da luta de Melina Mercouri pela repatriação dos mármores.

De acordo com o comitê, Cubitt acreditava firmemente que os Mármores do Parthenon deveriam ser reunidos em um único museu o mais próximo possível da Acrópole. A primeira vitória considerada pelo comitê foi quando o Museu Britânico deixou de se referir a coleção como *Mármores de Elgin* passando a chamá-los de *Mármores do Parthenon*, além de diversos diálogos e discussões a respeito do retorno dos mármores a Grécia, diálogos os quais de acordo com o comitê a instituição britânica se recusou a participar, o último sendo realizado em Cambridge em 2008 no qual 114 votaram a favor do retorno das esculturas e 46 contra. Esse comitê ainda continua ativo na luta para a repatriação dos Mármores do Parthenon à Grécia. Em seu site, publicam notícias sobre o andamento das conversas sobre a repatriação da coleção, além da história Parthenon, e como essa coleção foi parar em solo Britânico.

Os diretores do Museu Britânico afirmam ainda no site da instituição que o envolvimento da UNESCO no caso da coleção de mármores do Parthenon não é o caminho para a discussão sobre os mármores:

O Museu Britânico tem uma longa história de colaboração com a UNESCO e admira e apoia seu trabalho. Contudo, o Museu Britânico não é um órgão do governo. Os Diretores tem a responsabilidade moral e legal de manter e preservar todas as coleções sob seus cuidados e fazer com que elas sejam acessíveis para o público mundial. Os diretores querem fortalecer as boas relações existentes com colegas e instituições na Grécia, e explorar empreendimentos diretamente entre as instituições, não numa base governo-para-governo. É por isso que acreditamos que o envolvimento da UNESCO não é o melhor caminho. Museus que mantêm obras gregas, seja na Grécia, Reino Unido ou qualquer outro lugar no mundo estão naturalmente unidas em um esforço compartilhado para mostrar a importância do legado da Grécia Antiga. O Museu Britânico está comprometido em desempenhar completamente sua parte em compartilhar o valor daquele legado para toda a humanidade(The Parthenon Sculptures - the Trustees' statement | British Museum, 2022) **(tradução nossa)**.⁵

⁵ The British Museum has a long history of collaboration with UNESCO and admires and supports its work. However, the British Museum isn't a government body. The Trustees have a legal and moral responsibility to preserve and maintain all the collections in their care and to make them accessible to world audiences. The Trustees want to strengthen existing good relations with colleagues and institutions in Greece, and to explore collaborative ventures directly between institutions, not on a government-to-government basis. This is why we believe that UNESCO involvement isn't the best way forward. Museums holding Greek works, whether in Greece, the UK or elsewhere in the world, are naturally united in a shared endeavour to show the importance of the legacy of ancient Greece. The British Museum is committed to playing its full part in sharing the value of that legacy for all humanity. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/about-us/british-museum-story/contested-objects-collection/parthenon-sculptures/parthenon> . Acesso em: 07.jul.2022.

Ainda teremos que esperar para ver os próximos passos e se as instituições grega e britânica chegarão a um acordo sobre a repatriação, e, além disso, também deve-se pensar na conservação e salvaguarda de bens culturais como os mármores, assunto que será discutido no capítulo a seguir.

3. CONSERVAÇÃO E A REPATRIAÇÃO DE BENS CULTURAIS

Este capítulo será dividido em duas subseções, sendo que primeiramente na seção 3.1, será abordado o assunto da conservação de bens culturais e sobre a salvaguarda desses bens. Na seção 3.2, será discutido sobre o que é a repatriação de bens culturais e como se realiza o processo desses bens aos seus lugares de origem.

3.1 Conservação de Bens Culturais

Quanto à questão da preservação dessas coleções, há inúmeros exemplos de processos de conservação e preservação que foram controversos e deram errado, ou seja, não se chegou ao resultado previsto ou por conta da inexperiência das pessoas envolvidas nesse processo, por não conhecerem as técnicas corretas ou por não terem fontes confiáveis para a pesquisa sobre determinada obra ou artefato histórico. Para isso Kuhl(2012),propõe que:

Preserva-se, hoje, por razões de cunho: cultural – pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais; científico – pelo fato de os bens culturais serem portadores de conhecimento em vários campos do saber, abarcando tanto as humanidades quanto as ciências naturais; e ético – por não se ter o direito de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações presentes e futuras da possibilidade de conhecimento e de suporte da memória de que esses bens são portadores(KUHL, 2012, p.203).

Os desafios que se apresentam para quem se dedica a este trabalho de conservação são inúmeros e diversos, mas no final todo o esforço que se faz para preservar estes bens culturais vale a pena, pois assim se ajuda a preservar a história e a memória.

O que produzimos e conservamos hoje pode não fazer nenhuma diferença para gerações futuras, e por isso mesmo deve-se pensar na importância de preservar e ao mesmo tempo conscientizar as pessoas. A questão da repatriação de artefatos aos seus países de origem precisa e deve ser discutida, assim como, a preservação e salvaguarda dos mesmos. Como já foi dito, a questão da conservação e preservação é levada em conta na hora de se discutir sobre a devolução desses artefatos históricos a seus lugares de origem além das condições de acondicionamento desses bens.

Para tanto Irving (2013), explica que,

Artefatos adquiridos legalmente, junto com bens pilhados e exportações ilegais, frequentemente encontram seu caminho até coleções públicas e privadas, e um vasto número de artefatos estão localizados em lugares onde eles não se originaram. Isto leva a descobertas não registradas, contextos das quais estão perdidos para a humanidade. O dano causado por essas remoções não registradas de seus locais de origem é irreversível. No entanto, é importante que este tipo de descoberta seja devolvido ao dono legítimo, preservado e exposto em ambiente apropriado (IRVING, 2013, p.1). **(tradução nossa)**⁶

Temos também as cartas patrimoniais que discutem a conservação e preservação de monumentos e sítios históricos. Quanto aos procedimentos pode-se mencionar a Carta de Burra de 1980, que em seu artigo 4º determina que o trabalho de conservação:

Deve se valer do conjunto de disciplinas capazes de contribuir para o estudo e a salvaguarda de um bem. As técnicas empregadas devem, em princípio, ser de caráter tradicional, mas pode-se, em determinadas circunstâncias, utilizar técnicas modernas, desde que se assentem em bases científicas e que sua eficácia seja garantida por certa experiência acumulada (CARTA DE BURRA, 1980).

Ainda sobre a carta de Burra (1980), quanto à definição sobre conservação em seu artigo 1º é definido que:

O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas (BURRA, 1980, p.1).

Define também que "a preservação será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada"(CARTA DE BURRA, 1980, pg.1).

Anterior a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Burra (1980), temos a Carta de Atenas de 1931, que em seu parágrafo V intitulado "A deterioração dos monumentos", são feitas recomendações quanto ao processo de conservação em

⁶ Legally acquired artefacts, along with looted goods and illegal exports, often find their way into private and public collections, and a vast number of artefacts are located in places where they did not originate. This leads to unrecorded finds, the contexts of which are lost to humanity. The damage incurred from these unrecorded removals of artefacts from their original location is irreversible. Nonetheless it is important that this type of find be returned to its legitimate owner, preserved and displayed in an appropriate environment. (IRVING, 2013, p.1). IRVING, S. (2013), 'The Restitution of Ancient Artefacts', Reinvention: an International Journal of Undergraduate Research, BCUR/ICUR 2013 Special Issue. Disponível em:<http://www.warwick.ac.uk/reinventionjournal/archive/bcur2013specialissue/irving/>. Acesso em: 07.jun.2022.

que é recomendado que haja colaboração de profissionais de diversas áreas no que concerne a conservação de monumentos como arquitetos, profissionais de química e física, entre outros:

A Conferência recomenda:

1º - A colaboração em cada país dos conservadores de monumentos e dos arquitetos com os representantes das ciências físicas, químicas e naturais para a obtenção de métodos aplicáveis em casos diferentes.

2º - Que o Escritório Internacional de Museus se mantenha a par dos trabalhos empreendidos em cada país sobre essas matérias e lhes conceda espaços em suas publicações.

A conferência, no que concerne à conservação da escultura monumental, considera que retirar a obra do lugar para o qual ela havia sido criada é, em princípio, lamentável. Recomenda, a título de precaução, conservar, quando existem, os modelos originais e, na falta deles, a execução de moldes. (CARTA DE ATENAS, 1931, p.3)

Ainda de acordo com o código de ética do ICOM (2006), ao se pensar no processo de conservação "o principal objetivo deve ser a estabilização do objeto ou espécime" e afirma ainda que "todo procedimento de conservação deve ser documentado e, na medida do possível, reversível; toda alteração do objeto ou espécime original deve ser claramente identificável" (CÓDIGO DE ÉTICA DE MUSEUS - ICOM, 2006, p.19).

No campo da Museologia,

A preservação engloba todas as operações envolvidas quando um objeto entra no museu, isto é, todas as operações de aquisição, entrada em inventário, catalogação, acondicionamento, conservação e, se necessário, restauração. Em geral, a preservação do patrimônio conduz a uma política que começa com o estabelecimento de um procedimento e critérios de aquisição do patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio, cuja continuidade é assegurada com a gestão das coisas que se tornaram objetos de museu, e finalmente com sua conservação (CONCEITOS-CHAVE DE MUSEOLOGIA, 2013, p.79).

De acordo com Matschinske e Cuty (2022), "a conservação de bens culturais constitui um campo complexo de estudos que abrange diversas áreas do conhecimento – como as ciências exatas e humanas - dadas a diversidade de materiais, de procedimentos e de responsabilidades junto aos acervos" (MATSCHINSKE; CUTY, 2022, p.153).

Teixeira e Ghizoni (2012) destacam cinco fatores externos de degradação de um bem cultural:

Podem-se citar os seguintes fatores externos:

- físicos:** temperatura, umidade relativa do ar, luz natural ou artificial;
 - químicos:** poeira, poluentes atmosféricos e o contato com outros materiais instáveis quimicamente;
 - biológicos:** micro-organismos, insetos, roedores e outros animais;
 - antrópicos:** manuseio, armazenamento e exposição incorreta, intervenção; inadequada, vandalismo e roubo;
 - catástrofes:** inundações, terremotos, furacões, incêndios e guerras.
- (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p.16).

É preciso considerar também as condições de armazenamento dos acervos dos museus como, por exemplo, áreas climatizadas para as coleções já que dependendo da fragilidade do objeto, o tipo de acondicionamento irá variar de objeto para objeto e, além disso, o tipo de material que compõe o objeto.

Para Teixeira e Ghizoni (2012):

O estado de conservação de um objeto está intrinsecamente ligado ao material no qual foi elaborado, na técnica construtiva e na trajetória das condições de armazenagem e exposição. Quando um objeto é mantido em condições adequadas na armazenagem e exposição, os fatores de degradação são estabilizados, necessitando apenas a sua manutenção com procedimentos preventivos de conservação, como higienização, controle de micro-organismos e insetos, embalagens de proteção, manuseio correto, entre outros (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p.15).

3.2 Repatriação

A repatriação de bens culturais a seus locais de origem sempre esteve em discussão na área da Museologia, História, Arqueologia e também no Direito e Relações Internacionais. É importante discutir sobre esse assunto, já que há muitos Museus que tem em seu acervo objetos e coleções que provém de espólios e que foram retirados durante ocupações e conflitos tanto de maneira legal como de maneira ilegal.

Hoje em dia existem medidas e leis para prevenir a retirada ilegal de artefatos, mas ainda assim os roubos, saques, tráfico e comércio ilegal ainda acontecem em diversos países.

A respeito da repatriação de bens culturais o código de ética do ICOM estabelece que:

6.2 Devolução de Bens Culturais

Os museus devem estar preparados para iniciar a discussão sobre a devolução de bens culturais a um país ou povo de onde se originem. Esta ação deve ser feita de maneira imparcial, baseada em critérios científicos, profissionais ou humanitários e sob a legislação local, nacional e internacional aplicável, ao invés de ações governamentais ou políticas.

6.3 Restituição de Bens Culturais

Quando um país ou povo de origem busca a restituição de um objeto ou espécime que tenha sido exportado ou transferido violando os princípios estabelecidos nas convenções internacionais e nacionais, e demonstrar que este objeto ou espécime faz parte do patrimônio cultural ou natural daquele país ou povo, o museu envolvido, se for legalmente autorizado para isto, deve tomar as providências necessárias para viabilizar esta restituição. (CÓDIGO DE ÉTICA ICOM, 2006, p.24)

De acordo com Irving (2013), remover esses artefatos tem duas origens/fontes, uma através de espólio quando havia guerras e invasões e a outra quando esses objetos eram levados de seus lugares de origem para fazer parte de coleções particulares (isso ainda acontece até hoje seja legalmente ou através do mercado ilegal que comercializa peças e antiguidades que foram roubadas e retiradas ilegalmente).

A remoção de antiguidades de seus locais de origem podem ser vistos como tendo duas raízes distintas. A primeira é através de 'pilhagem'. Por séculos a pilhagem é tida como um direito e uma recompensa por tropas invasoras. A segunda é que os artefatos foram levados para formar coleções privadas. Esta prática também pode ser traçada até a antiguidade (IRVING, 2013, p.1)⁷. **(tradução nossa)**

De acordo com Bueno (2019), os países colonizadores retiraram diversos artefatos para serem exibidos em Museus espalhados pela Europa para demonstrar poder, fora os sítios arqueológicos que eram comandados por europeus em sua maioria:

Os colonizadores levaram inúmeros artefatos para serem expostos em museus da Europa como forma de demonstração de poder, além de sítios arqueológicos comandados pelos mesmos. Sua usurpação e a reprodução de um poderio podem ser vistas até os dias atuais, em diversos lugares da

⁷ The removal of antiquities from their site of origin can be seen to have two distinct roots. The first is through 'plundering'. For centuries plundering has been regarded as a right and a reward for invading troops. Secondly, artefacts were taken to form private collections. This practice can also be traced back to antiquity. (IRVING, 2013, pg.1)

IRVING, S. (2013), 'The Restitution of Ancient Artefacts', *Reinvention: an International Journal of Undergraduate Research*, BCUR/ICUR 2013 Special Issue .Disponível em:<http://www.warwick.ac.uk/reinventionjournal/archive/bcur2013specialissue/irving/>. Acesso em: 07.jun.2022.

Europa. Durante o imperialismo, apenas a verdade europeia era legítima, a que detinha o conhecimento válido e a que compreendia o sujeito como racional; enquanto o colonizado era o irracional, aquele que precisava de proteção. Em outras palavras, a Europa era a “mãe” protegendo seu “filho”, os continentes africano e asiático. (BUENO, 2019, p.6)

A devolução desses artefatos a seus países de origem pode ser uma forma de reparar questões históricas, políticas e conflitos que se arrastam há séculos. Mas essa devolução pode demorar anos até que as partes envolvidas cheguem a um acordo, o que muitas vezes não acontece, como é o caso dos Mármores do Parthenon, onde até hoje não se chegou a um acordo com respeito ao retorno dos mármores à Grécia e sobre a legalidade da retirada dos artefatos do país por Lord Elgin no século XIX quando o país estava sob ocupação otomana.

A repatriação/devolução de bens e obras de arte traficados é mais que uma reparação histórica: é uma bandeira que pode fazer dos países colonizadores exemplos sérios de valorização histórica e compreensão alargada do conceito de soberania dos povos colonizados (CHRISTOFOLETTI, 2017, p.128).

Mesmo que estejamos em pleno século XXI, Museus dos países colonizadores (como o Museu Britânico em Londres e o Louvre em Paris, por exemplo) ainda relutam e se recusam a devolver permanentemente artefatos retirados de seus países de origem durante o período colonial ou algum outro conflito e que fazem parte de seu acervo. Uma das desculpas que essas instituições e países usam é o argumento de que esses artefatos não estariam seguros se voltassem para os países de onde vieram e poderiam se perder para sempre. Mas esse argumento já não tem mais tanta força, pois o que se tem visto é um esforço por parte dos países que reivindicam esses objetos em investir na segurança e tecnologia em seus Museus e a construção de locais adequados que possam abrigar as coleções, mas mesmo com os investimentos feitos na área museológica e as tentativas de diálogo, a recusa em devolver artefatos persiste. A discussão sobre repatriação de artefatos envolve questões políticas e culturais e através de diálogos e conversas pode se chegar a um acordo para a devolução ou empréstimo, mas é inegável que isso requer paciência e compreensão entre as nações e instituições envolvidas.

A partir do século XIX é que se começou a pensar na questão de proteção, devolução ou repatriação de artefatos e, como exemplo, temos a criação do *Lieber Code* elaborado durante o governo do presidente Abraham Lincoln em 1863 que

reconhecia pela primeira vez em um documento que propriedade cultural deveria ser protegida durante guerras e conflitos (IRVING, 2013).

O Lieber Code foi o precursor da Convenção de Haia de 1899. Esta foi a primeira tentativa internacional de impor regras para guerra, e incluía políticas para o tratamento de artefatos históricos e culturais. (IRVING, 2013, p.3). ⁸(tradução nossa)

Como um exemplo recente de repatriação de artefatos, pode-se mencionar o acordo que a Alemanha chegou em 2022 com a Nigéria para a devolução de artefatos conhecidos como Bronzes de Benin, que foram retirados do país Africano durante conflito no século XIX e levados para a Europa durante a época da colonização. Dentre os artefatos que serão devolvidos estão os Bronzes de Benin, uma coleção de estatuetas e outros artefatos que hoje se encontram em museus na Alemanha. Serão mais de 1.000 peças a ser restituídas à Nigéria, país que faz parte do continente Africano. De acordo com uma matéria publicada no site *Deutsche Welle*, em 2021 foi anunciada a, "decisão de transferir a propriedade dos artefatos, objetos os quais estão espalhados por cerca de 20 Museus na Alemanha", ainda de acordo com o site, até agora cinco instituições museológicas que possuem as coleções mais extensas em seus acervos estão fazendo as repatriações. É um exemplo de que, através de diálogos entre as partes envolvidas pode se chegar a um consenso.

Uma das ferramentas criadas para discutir a questão do tráfico e comercialização ilegal de artefatos culturais é a *Convenção sobre os Meios de Proibição e Prevenção à Importação, Exportação e Transferência Ilícita de Propriedade de Bens Culturais 1970*. De acordo com Costa (2020), depois da criação da Convenção diversos países membros demoraram a ratificá-la como a França que só o fez 1997, o Reino Unido que a ratificou somente em 2002, a Alemanha em 2007 e a Bélgica em 2009 (COSTA, 2020, p.197).

A convenção da UNESCO seu artigo 5 ,determina que:

A fim de assegurar a proteção de seus bens culturais contra a importação, a exportação e a transferência de propriedade ilícitas, os Estados-Partes na presente Convenção se comprometem, nas condições adequadas a cada

⁸ The Lieber Code was the forerunner of the 1899 Hague convention. This was the first international attempt to put down rules for war, and included policies for the treatment of historical and cultural artefacts (IRVING, 2013, pg.3) .IRVING, S. (2013), 'The Restitution of Ancient Artefacts', *Reinvention: an International Journal of Undergraduate Research*, BCUR/ICUR 2013 Special Issue.Disponível em:<http://www.warwick.ac.uk/reinventionjournal/archive/bcur2013specialissue/irving/> . Acesso em: 07.jun.2022.

país, a estabelecer em seu território, se ainda não existirem, um ou mais serviços de proteção ao patrimônio cultural, dotados de pessoal qualificado e em número suficiente para desempenhar as seguintes funções:

- a) contribuir para a preparação de projetos de leis e regulamentos destinados a assegurar a proteção ao patrimônio cultural, e particularmente a prevenção da importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas de bens culturais importantes;
- b) estabelecer e manter em dia, com base em um inventário nacional de bens sob proteção, uma lista de bens culturais públicos e privados importantes, cuja exportação constituiria empobrecimento do patrimônio cultural nacional;
- c) promover o desenvolvimento ou a criação das instituições científicas e técnicas (museus, bibliotecas, arquivos, laboratórios, oficinas etc.) necessárias para assegurar a preservação e a boa apresentação dos bens culturais;
- d) organizar a supervisão das escavações arqueológicas, assegurar a preservação in situ de certos bens culturais, e proteger certas áreas reservadas para futuras pesquisas arqueológicas;
- e) estabelecer, com destino aos interessados (administradores de museus, colecionadores, antiquários etc.), normas em conformidade com os princípios éticos enunciados na presente Convenção, e tomar medidas para assegurar o respeito a essas normas;
- f) tomar medidas de caráter educacional para estimular e desenvolver o respeito ao patrimônio cultural de todos os Estados e difundir amplamente o conhecimento das disposições da presente Convenção;
- g) cuidar para que seja dada a publicidade apropriada aos casos de desaparecimento de um bem cultural. (UNESCO, 1970, p.4-5).

Este documento da UNESCO (1970), é uma ferramenta importantíssima para os diálogos acerca da repatriação de Bens Culturais e já ajudou a viabilizar a devolução de Bens Culturais a diversos países e pode colaborar para a repatriação de muitos mais.

Ainda assim, medidas como essa convenção da UNESCO de 1970, são caminhos para se chegar a acordos e discussões acerca da repatriação e proteção de Bens Culturais. Ainda na questão de legislação internacional pode-se mencionar, além das convenções da UNESCO, a convenção UNIDROIT sobre Bens Culturais Roubados ou Illicitamente Exportados que foi assinada em Roma em 24 de Junho de 1995, e que faz parte desse conjunto de documentos para a discussão da repatriação ou restituição de Bens Culturais.

Anterior a Convenção da UNESCO de 1970, temos também a Convenção de Haia de 1954, que foi realizada nove anos após o fim da Segunda Guerra Mundial e que de acordo com Saliba e Fabris (2017), foi a primeira convenção que tratou "de

forma ampla a proteção de Bens Culturais durante um conflito armado" convenção a qual "foi realizada no contexto pós-Segunda Guerra Mundial", onde diversos Bens Culturais foram perdidos, destruídos ou retirados de onde se originaram (SALIBA; FABRIS, 2017, p.491).

A Convenção define Bens Culturais como:

Bens, móveis ou imóveis, que tenham uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte, ou de história, religiosos ou seculares, os lugares que oferecem interesse arqueológico, os grupos de edificações que, em vista do seu conjunto, apresentem um elevado interesse histórico ou artístico, as obras de arte, manuscritos, livros e outros objetos de interesse histórico artístico ou arqueológico (CONVENÇÃO DE HAIA DE 1954 apud SALIBA; FABRIS, 2017, p.492).

Quanto às instituições internacionais que atuam na área de conservação e preservação, há inúmeros exemplos com excelência e dentre elas destacam-se principalmente o ICCROM (Instituto Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural) com sede na Itália, o ICOMOS (Conselho internacional de Monumentos e Sítios) com sede na França, o IIC (Instituto Internacional para Conservação) com sede na Inglaterra e o Getty Conservation Institute com sede na Califórnia nos Estados Unidos (ALMEIDA, 1996, p.1).

Mas não cabe aqui decidir com quem devem ficar tais artefatos, mas apontar que é possível que essas coleções e Bens Culturais hoje em dia, podem sim voltar para os países de onde foram retiradas, se o país tiver condições de salvaguardar esses artefatos, seja em forma de empréstimo ou de maneira definitiva se esses países demonstrarem e tiverem condições de garantir a salvaguarda dos artefatos culturais que se encontram fora de seu contexto histórico e país.

Ainda sobre a repatriação, "uma solução gradual seria o desenvolvimento de políticas de preservação eficientes para seus acervos e instalações adequadas para manutenção destes artefatos pelos países que solicitam. Desta forma, as restituições e repatriações deveriam ocorrer se desejadas pelas culturas de origem" (COSTA, 2020, p.8).

Espera-se que as instituições da Grécia e Inglaterra, possam através de diálogos chegar a algum acordo sobre a questão do retorno da coleção de mármore que se encontra na instituição britânica. No próximo capítulo será feita uma discussão e análise sobre a questão da repatriação.

4. DIÁLOGOS SOBRE A REPATRIAÇÃO DO PARTHENON

Neste capítulo, dialogamos sobre a repatriação dos mármores do Parthenon pela perspectiva da conservação de Bens Culturais. Para isso, na primeira subseção (4.1) realizamos uma breve análise da repatriação dos mármores do Parthenon à Grécia com base no Código de Ética do ICOM (2006). Na segunda subseção (4.2), analisamos os aspectos da conservação neste processo, assim utilizamos trechos de cartas patrimoniais como: a Carta de Veneza (1964), e a Carta de Burra (1980), bem como a menção ao Código de Ética do ICOM (2006), no que diz respeito à repatriação, além de outros textos.

4.1 Análise sobre a repatriação dos Mármores do Parthenon

A repatriação da coleção de Mármores do Parthenon, mais especificamente, as peças que se encontram no Museu Britânico é um assunto que sempre esteve em destaque na área de História e da Museologia e, que vem, se arrastando por décadas. Principalmente, podemos destacar o início dos anos 80, quando foi feito o que é considerado o primeiro pedido oficial de repatriação:

Em 1983 o governo Grego, representado por Melina Mercouri, a famosa atriz que também é Ministra da Cultura Grega, requisitou que os Mármores de Elgin sejam devolvidos à Grécia. O pedido já havia sido feito antes, mas o pedido da Ministra Mercouri parece ter sido o primeiro pedido oficial feito pelo Governo Grego para o retorno das esculturas do Parthenon (MERRYMAN, 1985, p.1882).(**tradução nossa**)⁹

A partir do que é destacado na citação acima, o que se pode dizer sobre, é que tudo o que faz parte do Parthenon deveria retornar a Grécia, não para ser recolocado em seu local original, mas sim, para ser exposto no Museu da Acrópole que se encontra em Atenas, e que foi construído para contar esse ponto da história do povo grego.

De acordo com o site do Museu da Acrópole (Figura 6), a sala expositiva projetada para a coleção de Mármores do Parthenon tem uma área de 3.200 metros quadrados e fica localizada no terceiro andar do prédio, andar o qual foi projetado

⁹ In 1983 the Greek Government, represented by Melina Mercouri, the famous actress who is also the Greek Minister of Culture, requested that the Elgin Marbles be returned to Greece. The plea has been made before, but Minister Mercouri's appears to be the first official request by the Greek Government for return of the Parthenon sculptures (MERRYMAN, 1985, p.1882).

WOOD, Gillen D'Arcy. Mourning the Marbles: The Strange Case of Lord Elgin's Nose. Source: The Wordsworth Circle, SUMMER, 1998, Vol. 29, No. 3 (SUMMER, 1998), pp. 171-177. Disponível em: The University of Chicago Press <https://www.jstor.org/stable/24043819>. Acesso em: 09.ago.2022.

exclusivamente para abrigar as obras do Parthenon. O Museu foi construído a 300 metros do Parthenon na área de Makryianni, área valorizada e histórica de Atenas. A área total do prédio, que inclui os três andares, é de 14.000 metros quadrados.¹⁰

Figura 6: Novo prédio do Museu da Acrópole em Atenas com o Parthenon ao fundo.



Fonte da imagem: [The New Acropolis Museum - The New York Times \(nytimes.com\)](https://www.nytimes.com), 2022 .

Nesta galeria que fica no terceiro andar do museu (dedicada exclusivamente ao Parthenon) também foram colocadas moldes das peças que estão faltando (além de espaços vazios) e se encontram em Londres e outras instituições europeias. Isso mostra e dá uma ideia ao visitante do Museu da Acrópole, quais itens do Parthenon estão na instituição britânica e em outras instituições da Europa.

Analisando pontos das cartas patrimoniais (Atenas, 1931; Veneza, 1964; Burra, 1980) e o código de ética do ICOM (2006), consideramos que é possível que essa coleção de Mármore do Parthenon, que se encontra no Museu Britânico, tenha sim condições de serem repatriados e abrigados no Museu da Acrópole em Atenas com segurança e espaço adequado que podem garantir sua salvaguarda.

Como exemplo de repatriação de um artefato integrante do Parthenon, podemos mencionar, o episódio em que a Universidade de Heidelberg na Alemanha fez a devolução à Grécia de um fragmento do Parthenon (Figura 7) (BANTEKA,2016) que estava sob sua guarda. Em reconhecimento deste ato por

¹⁰ Disponível em:(THE MUSEUM BUILDING Acropolis Museum Official website (theacropolismuseum.gr), 2022). Acesso em:25.abr.2022.

parte da Universidade Alemã, o ministério da cultura Grego fez a doação de uma antiguidade (não especificam qual foi doada) para substituir a peça que foi devolvida à Grécia, e esta prática de doar uma peça de antiguidade se tornou frequente por parte da Grécia. A autora ainda menciona outro caso de devolução que ocorreu em 2006, em que "uma peça do Erechtheion foi devolvida à Grécia por uma cidadã Sueca, cujo tio havia levado a peça da Acrópole quando ele: serviu como oficial da Marinha Sueca em 1895", e destaca ainda que "a Grécia tem ativamente aplicado uma estratégia em que para cada peça do Parthenon retornada, uma contra doação de boa vontade de outra antiguidade se seguirá" (BANTEKA, 2016, p.1260). (tradução nossa)¹¹

Figura 7: Fragmento que foi devolvido para a Grécia pela Universidade de Heidelberg



Fonte: [BBC NEWS | Europe | 'No bid' to halt sculpture return](#), 2006.

Retomando o que diz o código de ética do ICOM (2006), em seu item 6.3, tanto a Grécia quanto o Reino Unido deveriam chegar a um acordo para que essa coleção possa retornar para a Grécia e ser exposta juntamente com outros itens da

¹¹ Greece has been actively employing a strategy that for every piece of the Parthenon returned a goodwill counter donation of another antiquity will follow (BANTEKA, 2016, pg.1260). BANTEKA, Nadia. "The Parthenon Marbles Revisited: A New Strategy for Greece." U. Pa. J. Int'l L37 (2015):1231. Disponível em: https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/upjil37&div=30&g_sent=1&casa_token=gLmr0hRboDwAAAAA:qtV5Drd5UNQOZ5Gzxjx7H_oSYPulpfQpAJ5EgeqqSrKRZ-nZFePp4-BI0PGjgyNG7_NbaimJmg&collection=journals. Acesso em: 24.maio.2022.

coleção do Parthenon no Museu da Acrópole. A Grécia tem sim as condições, e meios necessários para expor e garantir a salvaguarda e conservação de seu patrimônio histórico, artístico e cultural.

6.3 Restituição de bens culturais

Quando um país ou povo de origem busca a restituição de um objeto ou espécime que tenha sido exportado ou transferido violando os princípios estabelecidos nas convenções internacionais e nacionais, e demonstrar que este objeto ou espécime faz parte do patrimônio cultural ou natural daquele país ou povo, o museu envolvido, se for legalmente autorizado para isto, deve tomar as providências necessárias para viabilizar esta restituição. (CÓDIGO DE ÉTICA ICOM, 2006, p.24).

A partir do que diz o código de ética do ICOM (2006), sobre a devolução de Bens Culturais, o que se pode dizer é que com a estrutura do Museu da Acrópole e o empenho dos gregos em preservar sua cultura e história, os mármorem podem voltar para seu lugar de origem e serem expostos em um ambiente seguro, pois deste ponto de vista de segurança, acreditamos que o Museu Grego teria plenas condições de receber e abrigar os mármorem que se encontram no Museu Britânico.

No que diz respeito ao ponto 6.4, de Bens Culturais de um país ocupado, do código de ética do ICOM (2006), o que se percebe é que diversos acervos de Museus mais tradicionais tem em sua reserva técnica algum item que foi retirado de um país que se encontrava sob ocupação estrangeira como o caso dos Mármorem do Parthenon. O que é apresentado no código de ética pode ajudar as instituições museológicas tradicionais, como o Museu Britânico a repensar sobre a questão da repatriação de determinada coleção, cuja retirada do país de origem é considerada controversa.

6.4 Bens culturais de um país ocupado

Os museus devem se abster de comprar ou adquirir bens culturais de um território ocupado e respeitar rigorosamente as leis e convenções que dispõem sobre a importação, exportação e transferência de bens culturais ou naturais. (ICOM, 2006, p.24)

Já sobre o documento que permitia Elgin explorar a Acrópole em Atenas Rudenstine (2001), comenta o seguinte:

Em Julho de 1801, Lord Elgin obteve um documento do governo Otomano em Constantinopla. Este documento, agora perdido, definia as atividades que os artesãos de Elgin poderiam conduzir na Acrópole. O segundo documento é em Inglês e publicado em relatório preparado por um comitê em 1816. O comitê afirmava que o documento Inglês era uma tradução precisa do documento Otomano perdido em 1801. O terceiro documento, em Italiano, veio a tona através de Philip Hunt, um membro da comitiva de Elgin em Constantinopla, que testemunhou diante do comitê parlamentar em 1816 que ele tinha mandado traduzir o documento para o italiano quando

ele estava em Constantinopla em Julho de 1801, e que ele ainda tinha a tradução em italiano(RUDENSTINE, 2001, p.1858). **(tradução nossa)**¹²

O que se pode dizer do trecho acima, é que o suposto documento que daria legitimidade ao que Elgin e sua equipe realizaram em Atenas e posterior retirada dos fragmentos do Parthenon é que provavelmente jamais será possível comprovar se Elgin realmente obteve essa permissão por escrito. Mesmo que esse documento fosse encontrado algum dia e de acordo com o que já foi dito neste trabalho, a permissão teria sido concedida de um poder de fora, os Otomanos, no caso. Isso por si só já deve ser um ponto a ser considerado para se discutir a devolução da coleção do Parthenon que hoje está em posse do Museu Britânico, ao Museu da Acrópole (Figura 8).

Figura 8: Imagem da entrada do Museu da Acrópole



Fonte : [THE MUSEUM BUILDING | Acropolis Museum | Official website \(theacropolismuseum.gr\)](https://www.theacropolismuseum.gr/), 2022.

¹² In July 1801, Lord Elgin obtained a document from the Ottoman government in Constantinople. This document, now missing, defined the activities Elgin's artisans could conduct on the Acropolis. The second document is in English and published in a report prepared by a parliamentary committee in 1816. The committee claimed that the English document was an accurate translation of the missing 1801 Ottoman document. The third document, in Italian, came to light through Philip Hunt, a member of Elgin's entourage in Constantinople, who testified before the parliamentary committee in 1816 that he had the Ottoman document translated into Italian when he was in Constantinople in July 1801, and that he still retained the Italian translation. (RUDENSTINE, 2001, P.1858)

RUDENSTINE, David. "A Tale of Three Documents: Lord Elgin and the Missing, Historic 1801 Ottoman Document." *Cardozo L. Rev.* 22 (2000): 1853. Disponível em: [Law Journal Library - HeinOnline.org](https://www.lawjournallibrary-heinonline.org/) . Acesso em: 09. Abr. 2022.

Como já abordado inicialmente nesta pesquisa, no que tange a conservação e preservação de Bens Culturais, usar o argumento de que estes Bens estão melhor protegidos na instituição onde se encontram como argumento para a não devolução e retorno a seu país de origem, é algo que está perdendo força por conta de que riscos existem em todos os lugares. Pode-se dizer que dentre os motivos para a recusa em restituir os artefatos a seus países de origem, há também motivações de que esses bens podem atrair milhares de visitantes, os quais podem colaborar para a economia local e ainda fazer com que a instituição tenha mais destaque, além do povo grego ter a chance de apreciar essas obras sem ter que se deslocar para outro país.

Sobre o retorno desses artefatos Costa (2018), explica que,

O retorno dos artefatos culturais aos países originários, se efetivado, permite que uma nova história seja contada, de outro ponto de vista. Também facilita o acesso da comunidade aos seus próprios bens culturais, pois muitas vezes as pessoas não possuem recursos para viajar e apreciar esses objetos nos grandes museus europeus ou norte-americanos, por exemplo (COSTA, 2018, p.262).

Com a criação do Museu da Acrópole e outras instituições museológicas o que se percebe "é um movimento ou uma tendência à criação de novas instituições museológicas. Entretanto, esta medida não vem sendo suficiente para convencer os países e instituições para efetivarem a repatriação dos bens" (PIRES, 2020, pg.19).

Pode-se dizer que para os gregos que reivindicam a volta desses artefatos, esses mármores fazem parte da história e cultura do país e, portanto devem retornar para Atenas. Mas provavelmente ainda vai levar um bom tempo e muito diálogo para se chegar a um acordo entre o Museu Britânico e o governo grego na questão do Parthenon. O Código de Ética do ICOM (2006), certamente é um documento que auxilia as instituições museológicas na questão da repatriação.

Como diz Chagas (2002), "o poder é semeador de memórias e esquecimentos" e "a memória - voluntária ou involuntária individual ou coletiva - é, como se sabe, sempre seletiva. O seu caráter seletivo deveria ser suficiente para indicar as suas articulações com os dispositivos de poder" (CHAGAS, 2002, p.44). A partir do que diz o autor, o que se vê entre as instituições envolvidas (Grécia e Inglaterra) no caso dos mármores do Parthenon é uma disputa de poder, pois os Museus envolvidos lutam pelo direito ficar com esses Bens Culturais. Enquanto o Museu Britânico insiste na legitimidade da propriedade sobre os mármores, percebe-se que o Museu da Acrópole e o Governo Grego lutam para que esse vestígio da história e cultura

grega volte para seu país de origem para a recuperação de parte de sua memória coletiva.

4.2 Análise sobre a conservação dos Mármores do Parthenon

Para começar, pode-se mencionar a Carta de Atenas (1931), que trata do assunto da conservação e preservação de obras históricas monumentais e seu conteúdo também faz recomendações quanto aos procedimentos a serem adotados no processo de conservação da Acrópole. Trata também, sobre a legislação e administração de monumentos históricos que são importantes para tratar sobre a questão da conservação e foi precursora das cartas patrimoniais que tratam do assunto da preservação.

Junto à carta de Atenas (1931), podemos mencionar a Carta de Veneza (1964), a qual foi elaborada durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, onde foram feitas recomendações quanto a conservação e preservação de monumentos históricos em que reexaminam o conteúdo proposto na Carta de Atenas de 1931 e em seu artigo 7º e 8º determina que:

Artigo 7º - O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Artigo 8º - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes pode ser retirados a não ser que seja a única capaz de assegurar sua conservação. (Carta de Veneza, 1964, p.2)

Nestes dois artigos da Carta de Veneza (1964), acima mencionados podemos relacionar o que a equipe de Elgin fez com os Mármores do Parthenon que foi a retirada de esculturas e outros fragmentos da edificação do templo dedicado à Deusa Grega Atena. Essas cartas e legislações não são retroativas, mas se tivessem sido criadas antes da retirada desses artefatos elas poderiam ter inibido a ação retirada ilegal dos mesmos de seus locais de origem e até mesmo ao se observar esse tipo de ação no passado esses documentos se tornaram tão importantes para a preservação dos bens culturais na atualidade.

Esses artefatos e fragmentos da estrutura do edifício histórico foram levados para um país fora de seu contexto histórico original, e para o qual foram projetados alegando que estavam fazendo isso para salvaguardar as obras. Na verdade eles também acabaram por contribuir para a deterioração e degradação do local, já que

no esforço de retirar as esculturas e outros tantos itens e fragmentos da Acrópole em Atenas acabaram por danificar ainda mais a estrutura do templo do Parthenon, o qual já estava prejudicado tanto pela ação natural do tempo quanto pela ação humana.

Como já foi comentado neste trabalho, Lord Elgin e sua equipe só contribuíram ainda mais para a deterioração do que restava da estrutura do templo e pode-se dizer que eles levaram esses fragmentos como *souvenir*, se formos analisar deste ponto de vista já que eles selecionaram a coleção que se encontra na Inglaterra no Museu Britânico não se importando em preservar o resto do monumento.

Ao analisar o trecho acima da Carta de Burra (1980), assim como nos artigos 7º e 8º da Carta de Veneza (1964), no caso da coleção de mármore, partes da edificação além das esculturas do complexo do Parthenon foram deslocadas de seu lugar original para serem levadas a outro país. Isto pode parecer ser um ato de “proteção” a esses bens retirados, mas o que ocorreu foi uma desfiguração do templo e de sua edificação que já estava em deterioração devido aos séculos em que o local esteve sob ocupação e os conflitos e guerras que ocorreram em Atenas fora a ação natural do tempo. Como diz o trecho da Carta de Burra (1980), em seu artigo 3º que, "a conservação se baseia no respeito à substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente" (CARTA DE BURRA, 1980, p.2). Ou seja, a equipe de Elgin contribuiu ainda mais para a deterioração do complexo do Parthenon e da Acrópole.

Em outro trecho da Carta de Burra que diz respeito à preservação é determinado o seguinte:

A preservação se limita à proteção, à manutenção e à eventual estabilização da substância existente. Não poderão ser admitidas técnicas de estabilização que destruam a significação cultural do bem. (CARTA DE BURRA, 1980, p.3).

Portanto, analisando o trecho acima sobre a preservação, o que se vê atualmente em Atenas é um esforço para preservar o que resta da estrutura do templo do Parthenon (figura 9) seu entorno e o Museu da Acrópole (localizado a 300 metros do monumento), é uma ferramenta que também pode ajudar a conscientizar não só os turistas sobre a importância histórica e cultural do complexo da Acrópole em Atenas, mas os cidadãos gregos principalmente sobre a preservação deste patrimônio histórico.

Podemos ainda juntar a esta análise, o trecho da Carta de Burra (1980), que dispõe o seguinte sobre a localização de um monumento histórico e a retirada de partes do monumento ou edificação histórica:

Todo edifício ou qualquer outra obra devem ser mantidos em sua localização histórica. O deslocamento de uma edificação ou de qualquer outra obra, integralmente ou em parte, não pode ser admitido, a não ser que essa solução constitua o único meio de assegurar sua sobrevivência. (CARTA DE BURRA, 1980, pg.3)

Figura 9: Templo do Parthenon em Atenas atualmente.



Fonte da imagem: [The Parthenon Gallery | Acropolis Museum | Official website \(theacropolismuseum.gr\)](https://www.theacropolismuseum.gr/), 2022.

Acidentes e erros podem acontecer e serem cometidos onde quer que o Bem Cultural se encontre, ou seja, mesmo em uma instituição de renome como o Museu Britânico há riscos para as obras. Usar o argumento de que uma instituição ou país de origem não tem segurança ou condições para abrigar uma coleção não deveria ser o único e exclusivo motivo para a não devolução se o objeto foi fruto de espólio durante algum conflito ou ocupação que foi o que aconteceu com esta coleção.

Figura 10: Parte friso do templo que hoje se encontra no Museu Britânico



Fonte da imagem: [temple-relief | British Museum, 2022.](#)

De sua parte, em sua página na internet, o Museu Britânico (Figura 10), afirma que nunca recebeu qualquer pedido de empréstimo por parte dos gregos e o único pedido que receberam até agora foi do retorno permanente da coleção de mármores, o que a instituição de Londres se nega a fazer.

Os administradores nunca receberam solicitação de empréstimo das esculturas do Parthenon pela Grécia, mas apenas solicitação para a remoção permanente de todas as esculturas sob seus cuidados para Atenas.

Os administradores irão considerar (sujeito às considerações usuais e condições para viagem) qualquer pedido de empréstimo de qualquer parte da coleção e posterior retorno. A pré-condição simples requerida pelos administradores antes deles considerarem se eles irão ou não emprestar um objeto é a de que a instituição que solicita o empréstimo reconheça o Museu Britânico como proprietário do objeto. (The Parthenon Sculptures - the Trustees' statement | British Museum, 2022) **(tradução nossa)**¹³

¹³ The Trustees have never been asked for a loan of the Parthenon sculptures by Greece, only for the permanent removal of all of the sculptures in its care to Athens.

The Trustees will consider (subject to the usual considerations of condition and fitness to travel) any request for any part of the collection to be borrowed and then returned. The simple precondition required by the Trustees before they will consider whether or not to lend an object is that the borrowing institution acknowledges the British Museum's ownership of the object. Disponível em:

<https://www.britishmuseum.org/about-us/british-museum-story/contested-objects-collection/parthenon-sculptures/parthenon> . Acesso em: 24.set.2022.

Em seu site, os administradores da instituição de Londres afirmam, ainda que nunca disseram que a Grécia não teria condições de cuidar da coleção do Parthenon e afirma que os colegas do Museu da Acrópole tem, sim, a capacidade de garantir a salvaguarda dos artefatos que fazem parte da coleção do Parthenon. Na página do Museu Britânico os diretores declaram o seguinte quanto a capacidade de cuidar e salvaguardar do Museu da Acrópole:

Nenhuma dessas afirmações é verdadeira, e o Museu Britânico não discute isso. Os diretores argumentam que as esculturas expostas em Londres transmitem enorme benefício público como parte da coleção mundial do Museu. Nossos colegas em Atenas são totalmente capazes de conservar, preservar e exibir o material sob seus cuidados. Nós admiramos a exibição no Museu da Acrópole, no qual as esculturas do Parthenon são complementadas por moldes de todas aquelas que estão em Londres e outros lugares, criando uma imagem tão completa como é agora possível da decoração escultural original do templo. (The Parthenon Sculptures - the Trustees' statement | British Museum, 2022) **(tradução nossa)**¹⁴

Como diz Pires (2020), “a comunidade grega luta pelo direito de apresentar seus elementos culturais e ser beneficiada pelo turismo decorrente dessa apresentação, como fator importante da economia local”(PIRES, 2020, p.36).

Analisando o trecho acima, sobre este ponto do turismo, o que se pode dizer, é que seja a Grécia ou qualquer outro país com tamanha riqueza histórica e cultural, a volta destes mármores a Atenas pode impulsionar e incentivar a economia do país principalmente na capital grega.

Para Heleno e Reinhardt (2017), “na contemporaneidade, as culturas continuam em constante tensão e em reivindicação permanente por aqueles de quem foram expropriados e marginalizados em contextos coloniais”. (HELENO; REINHARDT, 2017, p.120). A partir disso, o que se pode dizer é que cada vez mais vemos uma mobilização para a repatriação daqueles bens culturais que foram retirados durante uma época em que esses países eram colônias principalmente de países da Europa sem contar que viajar para conhecer esses patrimônios culturais

¹⁴ Neither of these claims is true, and the British Museum doesn't argue this. The Trustees argue that the sculptures on display in London convey huge public benefit as part of the Museum's worldwide collection. Our colleagues in Athens are, of course, fully able to conserve, preserve and display the material in their care. We admire the display in the Acropolis Museum, in which the Parthenon sculptures are complemented by casts of all of those in London and elsewhere, creating as full a picture as is now possible of the original sculptural decoration of the temple. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/about-us/british-museum-story/contested-objects-collection/parthenon-sculptures/parthenon>. Acesso em: 18.ago.2022.

em seus países de origem, é uma experiência muito mais enriquecedora culturalmente.

Quanto às razões pelas quais a conservação e preservação de um Bem Cultural, podemos destacar a questão da ética, pois como diz Kuhl (2012) ,não se tem "o direito de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações presentes e futuras da possibilidade de conhecimento e de suporte da memória de que esses bens são portadores"(KUHL, 2012, p.203) .A partir do que diz a autora, analisa-se que os gregos assim como qualquer outra nação do mundo, tem o direito de ter sua memória e história preservadas para que gerações futuras não se esqueçam de suas origens.

O Parthenon é uma obra histórica monumental imóvel e olhando por esse lado, o que Elgin fez assim como outros ao longo da história, foi desfigurar e desmembrar uma construção histórica e que faz parte do patrimônio cultural grego. Como já foi dito neste trabalho, ele no esforço de retirar o que a equipe dele havia selecionado prejudicou a estrutura que ainda permanecia intacta. Elgin e seu time foram mais um dos agentes que contribuíram para a deterioração do local ao retirar os fragmentos e levá-los para outro país.

Trazendo novamente um trecho da Carta de Atenas (1931), em que menciona que “a conferência, no que concerne à conservação da escultura monumental, considera que retirar a obra do lugar para o qual ela havia sido criada é, em princípio, lamentável” (CARTA DE ATENAS, 1931, p.3). A partir deste trecho podemos também analisar que o que foi retirado do Parthenon e está atualmente na Inglaterra, deveria ser restituído à Grécia como foi já mencionado a Universidade de Heidelberg fez a devolução de um fragmento do templo.

Quanto à conservação preventiva, o código de ética do ICOM (2006) estabelece que:

A conservação preventiva é um elemento importante na política dos museus e da proteção de acervos. É responsabilidade básica dos profissionais de museus criar e manter ambientes adequados para a proteção dos acervos e sua guarda, tanto em reserva, como em exposição ou em trânsito(ICOM, 2006, p.18).

Analisando esse ponto do código de ética do ICOM (2006), tanto o Museu Britânico quanto o Museu da Acrópole devem estar cientes da responsabilidade em garantir a conservação de seu acervo. Estando em uma era que há tantos recursos e tecnologias á disposição para garantir a conservação e preservação e vê-se

claramente isso no Museu da Acrópole, porque não restituir a coleção do Parthenon à Grécia? Por que essa insistência em não negociar e dialogar para chegar a um acordo?

A partir do que foi discutido neste trabalho sobre a questão da conservação dos mármores e sua repatriação à Grécia e analisando o que abordam as cartas patrimoniais e outros textos, o que se pode dizer é que com o que se vê atualmente na Grécia e especialmente em Atenas, a coleção do Parthenon pode voltar para seu país de origem com a segurança que hoje o Museu da Acrópole pode oferecer assim como o Museu Britânico, só basta que os dois países cheguem a um consenso a respeito da devolução desta coleção em específico.

O acervo quer ele esteja exposto em um Museu em seu país de origem ou em uma instituição estrangeira está pré-disposto a riscos. Se formos analisar tudo o que Elgin fez para retirar os Mármores, tudo o que foi realizado só serve como exemplo para que surjam medidas de proteção ao patrimônio histórico como as cartas patrimoniais, leis para garantir a salvaguarda e a restituição de artefatos.

Para fazer uma comparação entre as cartas de Atenas (1931) Veneza (1964), Burra (1980), foi feito o seguinte quadro 1 :

Quadro 1: Comparações entre as Cartas Patrimoniais

Pontos abordados na pesquisa	Carta de Atenas (1931)	Carta de Veneza (1964)	Carta de Burra (1980)
Conservação e preservação de monumentos históricos	<ul style="list-style-type: none"> • A carta de Atenas dá o pontapé para a conservação e salvaguarda de obras monumentais históricas como o Parthenon; • Recomenda cautela no emprego de materiais para a restauração do monumento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Trata dos procedimentos quanto conservação e restauração; • Define que tanto o processo de conservação e restauração desses monumentos visam preservar tanto a obra de arte quanto sua história; • A manutenção e conservação de um monumento é algo que deve ser constante. • Conservar é preservar o significado cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assim como a Carta de Veneza trata da conservação e preservação de monumentos e edificações históricas. • Dispõe que não deve ser retirada nenhuma parte do bem cultural a não ser que essa ação seja o único meio de salvaguardar a mesma.
Repatriação	<ul style="list-style-type: none"> • Colaboração de profissionais das mais diversas áreas como conservadores, arquitetos, profissionais da área das ciências químicas, físicas e da natureza; 		

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Comparando os documentos do quadro 1 acima, em vários pontos eles dialogam entre si como os cuidados que se deve ter no processo de conservação de Bens Culturais e também na questão da repatriação, e podem auxiliar as instituições museológicas a discutir sobre a salvaguarda de itens de sua coleção quando acontece algum pedido repatriação como os Mármores do Parthenon e a disputa entre Grécia e Inglaterra. Os pontos das cartas indicados no quadro 1 acima, interferem de forma a contribuir positivamente para os diálogos sobre o retorno da coleção de mármores do Parthenon, pois hoje em dia é possível que profissionais de diversas áreas, contribuam para garantir a segurança desses Bens Culturais Gregos quando retornarem para a Grécia. Percebe-se uma preocupação em preservar

esses vestígios históricos, por parte do Museu Grego, desde sua concepção arquitetônica que dialoga com o monumento até os espaços expositivos.

O retorno dos artefatos culturais aos países originários, se efetivado, permite que uma nova história seja contada, de outro ponto de vista. Também facilita o acesso da comunidade aos seus próprios bens culturais, pois muitas vezes as pessoas não possuem recursos para viajar e apreciar esses objetos nos grandes museus europeus ou norte-americanos, por exemplo. (COSTA, 2018, p.262)

A partir do que diz o trecho acima, repatriar Bens Culturais a seus locais de origem é dar a oportunidade de que esses Bens sejam apreciados em seu ambiente original, no qual foram concebidos, pois a sensação de visitar e conhecer esses patrimônios culturais em seu contexto original é uma experiência muito mais enriquecedora culturalmente do que conhecê-los em um ambiente estrangeiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito da pesquisa, foi discutir sobre a questão da repatriação de Bens Culturais e o que pode significar para as instituições e países que reivindicam esses bens a volta dos mesmos a seus locais de origem.

As questões de repatriação de Bens Culturais (tema central), são complexas e exigem diálogos e acordos entre as partes envolvidas no caso quem reivindica e a instituição na qual os Bens Culturais se encontram. Como diz Costa (2018), “no que tange à repatriação, é importante salientar que cada caso deve ser analisado individualmente, levando em consideração tanto o contexto em que os artefatos deixaram os seus locais de origem como o contexto em que se encontram atualmente”(COSTA, 2018, p.263).

Documentos como a Convenção da UNESCO de 1970, e cartas patrimoniais como às discutidas neste trabalho Atenas (1931), Veneza (1964) e Burra (1980),o Código de Ética do ICOM (2006), são importantes ferramentas para promover as discussões sobre a salvaguarda, repatriação e combate ao comércio ilegal de artefatos históricos tanto os que foram retirados na época do colonialismo e conflitos armados quanto o comercio ilegal que ainda acontece nos dias atuais. Essas questões ainda estão longe de serem resolvidas, mas o que se tem visto ultimamente é um progresso na área da repatriação. Através de diplomacia, conversas e debates acerca do assunto, soluções podem surgir para resolver rugas entre países acerca da repatriação.

Como Pires (2020) coloca, "a exposição de longa duração proposta pelo Museu da Acrópole tem papel fundamental na apresentação do debate sobre a repatriação no cenário internacional" (PIRES, 2020, p.19-20). Então, casos como o dos Mármore do Parthenon servem de exemplo, para as discussões acerca da repatriação de Bens Culturais a seus países de origem.

Reforçando que é importante ter a consciência de que é preciso garantir a salvaguarda desses Bens onde quer eles estejam e quando possível garantir o retorno e repatriação desses artefatos aos seus devidos representantes ou locais de origem. Esses bens são registros, documentos de uma cultura, e garantir preservação dos mesmos é garantir que as gerações possam apreciar e aprender a valorizar sua história e colaborar para que essa história e memória coletiva não caia no esquecimento.

Agora, quando essa repatriação ocorrerá com os Mármores não há como saber. Se é que o governo britânico e o Museu Britânico chegarão a algum tipo de acordo com a Grécia algum dia, mas talvez quando aconteça essa possibilidade, às instituições realizem um consenso como aconteceu com a Universidade de Heidelberg que devolveu um fragmento do Parthenon a Grécia e ao mesmo tempo recebeu uma contra doação.

Como foi apresentado no primeiro capítulo, a questão dos mármores do Parthenon é complexa e exige muito diálogo entre os países e instituições envolvidas e provavelmente vai levar tempo às discussões em torno da repatriação.

Já no segundo capítulo, onde foram discutidas as questões de conservação e repatriação de Bens Culturais foi chamada a atenção para as discussões e sobre os cuidados que se deve ter para garantir o bem estar desses Bens Culturais que são alvos de pedidos de repatriação.

No terceiro capítulo, foi apresentada uma análise e discussão sobre a questão da repatriação das esculturas do Parthenon que estão no Museu Britânico, os quais a Grécia reivindica o retorno para serem expostos no Museu da Acrópole.

O objetivo aqui apresentado foi alcançado, que era discutir sobre a questão da repatriação de Bens Culturais a seus países de origem e também a questão da salvaguarda e conservação desses Bens.

Espera-se que a pesquisa apresentada contribua de forma positiva e seja mais um incentivo para discutir sobre as questões acerca da repatriação de Bens Culturais no campo da Museologia e preservação do patrimônio cultural, retirados de forma ilícita tanto internacionalmente quanto no Brasil. Que outros trabalhos sobre esse assunto surjam para fomentar ainda mais a pesquisa sobre repatriação de Bens Culturais.

REFERÊNCIAS

A BRITISH BROADCASTING CORPORATION. Matéria sobre os Mármore do Parthenon. Disponível em: [Como os britânicos levaram as esculturas do Partenon, que a Grécia tenta recuperar - BBC News Brasil](#). Acesso em: 24.mar.2022.

BANTEKA, Nadia. "The Parthenon Marbles Revisited: A New Strategy for Greece." *U. Pa. J. Int'l L.* 37 (2015): 1231. Disponível em: [Law Journal Library - HeinOnline.org](#). Acesso em: 20. maio. 2022.

BUENO, Mariana Pimenta. MUSEU E COLONIALIDADE: A REPATRIAÇÃO MUSEOLÓGICA COMO INSTRUMENTO DE LUTA. In: Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 8, 2019 DOI. Disponível em: 10.12957/neiba.2019.39503|e39503| ISSN: 2317-3459. Acesso em: 20. maio. 2022.

Carta de Atenas de 1931. Disponível em: [Microsoft Word - CP2 - Carta de Atenas I 1931.doc \(iphan.gov.br\)](#). Acesso em: 02. maio. 2022.

Carta de Burra de 1980. Disponível em: [Microsoft Word - CP2 - Carta de Burra 1980.doc \(iphan.gov.br\)](#). Acesso em: 05. maio. 2022.

Carta de Veneza de 1964. Disponível em: [Microsoft Word - CP2 - Carta de Veneza 1964.doc \(iphan.gov.br\)](#) . Acesso em: 09. maio. 2022.

Código de Ética ICOM (Conselho Internacional de Museus). Disponível em: [CÓDIGO DE ÉTICA – ICOM Brasil](#) . Acesso em: 11. maio. 2022.

Convenção da UNESCO de 1970. Disponível em: [Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, Paris, 12-14 de novembro de 1970 - UNESCO Digital Library](#). Acesso em: 11. maio. 2022.

Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict with Regulations for the Execution of the Convention. Disponível em: [1954 Convention EN 2020.pdf \(unesco.org\)](#) . Acesso em: 15. maio. 2022.

COSTA, Karine Lima da. (2020). Repatriação e Restituição de bens culturais: caminhos possíveis. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1748>. Acesso em: 22. jun. 2022.

COSTA, Karine Lima da. Pensar o patrimônio cultural por meio da repatriação e restituição de bens culturais. In: Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 256-271, julho-dezembro, 2018. Disponível em: [Pensar o patrimônio cultural por meio da repatriação e restituição de bens culturais / Thinking about cultural heritage through the repatriation and restitution of cultural objects | COSTA | Patrimônio e Memória \(unesp.br\)](#). Acesso em: 10. jun. 2022

CHAGAS, Mario. “Memória e Poder : Dois Movimentos.” Cadernos De Sociomuseologia (2002): n. pag. Print. Disponível em: [Memória e poder : dois movimentos | Mario Chagas - Academia.edu](#). Acesso em: 28. jul. 2022.

CHALLIS, Debbie. The Parthenon Sculptures: Emblems of British national identity. Source: The British Art Journal , Spring/Summer 2006, Vol. 7, No. 1 (Spring/Summer 2006), pp. 33-39 Published by: British Art Journal. Disponível em: [\(PDF\) 'The Parthenon Sculptures: Emblems of British National Identity', British Art Journal VII. 1 \(Spring 2006\).](#) | [Debbie Challis - Academia.edu](#). Acesso em: 28. jun. 2022.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Bens Culturais e relações internacionais: O Patrimônio como espelho do soft power. **O tráfico ilícito de bens culturais e a repatriação como reparação histórica**, pag .113-132. Disponível em: [Output file \(ufjf.br\)](#) . Acesso em: 25. Abr. 2022.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. eds. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. Disponível em: [Livro Conceitos-Chave da Museologia_v6.indd \(icom.org.br\)](#). Acesso em: 28. Abr. 2022.

DEUTSCHE WELLE. Disponível em: [Alemanha começa a devolver Bronzes de Benim à Nigéria – DW – 29/06/2022](#). Acesso em: 29.ago.2022

Divari-Valakou, Nicoletta, M. Gabriel, and J. Dahl. "Revisiting the Parthenon: National Heritage in a Global Age." *UTIMUT* (2008): 116. Disponível em: [0028_Utimut_heritage.pdf \(iwgia.org\)](#). Acesso em: 20. Abr. 2022.

GREENFIELD, J. (1986). *The return of cultural property*. *Antiquity*, 60(228), 29–35. Disponível em: [The return of cultural property | Antiquity | Cambridge](#) Coredoi:10.1017/s0003598x00057598 .Acesso em: 03.jun.2022.

HELENO, Bárbara & REINHARDT, Rafaella. (2017). Apropriação Cultural: Novas Configurações das Identidades na Era da Globalização. Cadernos de Estudos Sociais e Políticos. 7. 115-128. 10.12957/cesp.2017.37956. Disponível em: [Apropriação Cultural: Novas Configurações das Identidades na Era da Globalização | Heleno | Cadernos de Estudos Sociais e Políticos \(uerj.br\)](#). Acesso em: 09.jun.2022.

IRVING, S. (2013), 'The Restitution of Ancient Artefacts', *Reinvention: an International Journal of Undergraduate Research*, BCUR/ICUR 2013 Special Issue. Disponível em: <http://www.warwick.ac.uk/reinventionjournal/archive/bcur2013specialissue/irving/>. Acesso em: 07.jun.2022.

KÜHL, Beatriz. (2012). Preservação de bens culturais. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. 19. 202. 10.11606/issn.2317-2762.v19i31p202-209. Disponível em: [\(PDF\) Preservação de bens culturais \(researchgate.net\)](#) . Acesso em: 07.jul.2022

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: [LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. — Olivia Neta \(ifrn.edu.br\)](#). Acesso em: 12.jun.2022.

LEONTSINIS, George. "The Wreck of the Mentor on the Coast of the Island of Kythera and the Operation to Retrieve, Salvage and Transport the Parthenon Sculptures to London (1802–1805)." *Philathenaios, Studies in Honour of MJ Osborne, Athens* (2010): 255-279. Disponível em: [Leontsinis_Mentor_Wreck-libre.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](#). Acesso em: 22.jun.2022.

MATSCHINSKE, Fernanda de Tartler, e CUTY, Jeniffer Alves. "A conservação preventiva como mecanismo de efetivação da trilogia museológica: musealização, pesquisa e gestão." *Illuminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, RS. Vol. 23, n. 60 (abr. 2022), p. 153-174. (2022)*. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/238613/001140686.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02.jul.2022.

MERRYMAN, John Henry. Thinking about the Elgin Marbles. Source: Michigan Law Review, Vol. 83, No. 8 (Aug., 1985), pp. 1880-1923 Published by: The Michigan Law Review Association. Disponível em: ["Thinking About the Elgin Marbles" by John Henry Merryman \(umich.edu\)](#). Acesso em: 05.ago.2022.

NEILS, Jenifer. "Parthenon." *The Encyclopedia of Ancient History* (2013). Disponível em: [Parthenon - Neils - Major Reference Works - Wiley Online Library](#) . Acesso em: 11.ago.2022.

PIRES, Kimberly Terrany Alves. Expografia da ausência: **a exposição da Galeria do Parthenon no Museu da Acrópole como uma narrativa para a repatriação**. Disponível em: [Expografia da ausência: a exposição da Galeria do Parthenon no Museu da Acrópole como uma narrativa para a repatriação \(ufrgs.br\)](#). Acesso em: 25. Abr. 2022.

PIRES, Kimberly Terrany Alves. A defesa de uma presença: a disputa pela repatriação dos mármores do Parthenon ,2018. Disponível em: [UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL \(ufrgs.br\)](#). Acesso em: 28. Abr. 2022

RUDENSTINE, David. "A Tale of Three Documents: Lord Elgin and the Missing, Historic 1801 Ottoman Document." *Cardozo L. Rev.* 22 (2000): 1853. Disponível em: [Law Journal Library - HeinOnline.org](#). Acesso em: 07. Abr. 2022.

SALIBA, Aziz Tuffi; FABRIS, Alice Lopes. O retorno dos bens culturais. *Revista de Direito Internacional* (2017). Disponível em: [O retorno de bens culturais.pdf \(ufmg.br\)](#). Acesso em: 18. Abr. 2022.

THE PARTHENON SCULPTURES. Posicionamento do museu Britânico sobre as Esculturas do Parthenon. Disponível em: [Parthenon Sculptures - the Trustees' statement | British Museum](#). Acesso em: 24. ago. 2022.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. "Conservação preventiva de acervos." Florianópolis: Fcc (2012). Disponível em: 17105303-conservacao-preventiva.pdf (cultura.rs.gov.br). Acesso em: 1. set. 2022.

WOOD, Gillen D'Arcy. Mourning the Marbles: The Strange Case of Lord Elgin's Nose. Source: *The Wordsworth Circle*, SUMMER, 1998, Vol. 29, No. 3 (SUMMER, 1998), pp. 171-177. Disponível em: The University of Chicago Press Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/24043819>. Acesso em: 09. ago. 2022.